

PLANO DE TRABALHO

FIELD PROJECT	APLICAÇÃO DO TEOREMA DE COASE NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO						
AUTORIA	BERNARDO FERNANDES KAUFFMAN				DISCENTES Nº MÁX.	10	
SUPERVISÃO	BERNARDO FERNANDES KAUFFMAN				DISCENTES Nº MÍN.	6	
REQUISITOS	ABERTO PARA DISCENTES A PARTIR DO 3º PERÍODO						
PÚBLICO ALVO	CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA – CEJUSC'S						
CÓDIGO	GRDDIR037 / GRDDIR039 / GRDDIR041	PERÍODO	2022.1	NATUREZA	PRÁTICA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA	Análise Econômica do Direito. Teorema de Coase. Poder Judiciário. CEJUSCs. Conciliação. Mediação						
PROBLEMA	Os conceitos econômicos trazidos por Ronald Coase em 1960 podem contribuir para a tarefa do Poder Judiciário de buscar a solução harmoniosa dos conflitos?						
PRODUTO	Vídeo produzido pelos alunos apresentando os resultados do trabalho desenvolvido ao longo do semestre, tendo como principais destinatários os advogados e as partes envolvidas no auto composição.						
OBJETIVO	A meta principal do trabalho é permitir que os alunos aliem os conhecimentos adquiridos em sala de aula com a prática do Poder Judiciário, dando a eles uma visão prática de aplicação dos conceitos teóricos e contribuindo para o aperfeiçoamento da função jurisdicional.						
METODOLOGIA	O trabalho de campo será feito em parceria com o CEJUSC, seguindo a sua organização em suas dinâmicas habituais. Os alunos participarão ao lado dos conciliadores e mediadores, de modo que a todo momento desempenharão suas tarefas de forma supervisionada. Por fim, o vídeo desenvolvido pelos alunos será utilizado pelo CEJUSC para fomentar a mentalidade auto compositiva nos litigantes.						
HABILIDADE Exigência MEC RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018		Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.					
		Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.					
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.					
		Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.					
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.					
	X	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.					
		Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.					
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.					
		Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.					
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.					
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.					
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.					
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.					
		Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.					
	Outras:						
PROGRAMA GERAL (cronograma dos encontros semanais presenciais (em média 15))							
ATIVIDADE	TEMA						
1	Apresentação da dinâmica do Field Project e do funcionamento do CEJUSC						
2	Apresentação do funcionamento do CEJUSC e de como será feito o vídeo						
3	Observação das audiências (discentes na condição de espectadores, de modo a entenderem na prática como funcionam as audiências e como devem se comportar)						
4	Observação das audiências (discentes na condição de espectadores, de modo a entenderem na prática como funcionam as audiências e como devem se comportar)						
5	Observação das audiências (discentes na condição de espectadores, de modo a entenderem na prática como funcionam as audiências e como devem se comportar)						
6	Atuação dos discentes junto aos conciliadores e mediadores						
7	Atuação dos discentes junto aos conciliadores e mediadores						
8	Atuação dos discentes junto aos conciliadores e mediadores						
9	Atuação dos discentes junto aos conciliadores e mediadores						
10	Atuação dos discentes junto aos conciliadores e mediadores						
11	Atuação dos discentes junto aos conciliadores e mediadores						

12	Análise dos dados compilados
13	Elaboração do vídeo
14	Elaboração do vídeo
15	Elaboração do vídeo
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Conceitos de A à D a depender da participação dos alunos (frequência às aulas, entrega de tarefas, comparecimento às audiências)
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. Direito, Economia e Mercados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	COOTER, Robert; ULEN, Thomas. Direito & Economia. Tradução de Luis Marcos Sander, Francisco Araújo da Costa. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.